



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CASCAVEL**

4ª VARA CÍVEL DE CASCAVEL - PROJUDI

**Avenida Tancredo Neves, 2320 - Fórum - Alto Alegre - Cascavel/PR - CEP:
85.805-000 - Fone: 45 3392-5035 - Celular: (45) 3392-5035 - E-mail: CAS-4VJ-S@tjpr.jus.br**

Autos nº. 0018452-37.2024.8.16.0021

Processo: 0018452-37.2024.8.16.0021

Classe Processual: Recuperação Judicial

Assunto Principal: Concurso de Credores

Valor da Causa: R\$8.441.008,92

Autor(s): • GLH Transportes Ltda representado(a) por Armando Angelo Cantelli,
DEIZI ANDREOLA CANTELLI
• Luary Transportes LTDA ME representado(a) por Armando Angelo
Cantelli, DEIZI ANDREOLA CANTELLI

Réu(s): • Credores

1. O autor requereu prorrogação do stay period (ev. 209).

Administrador Judicial manifestou-se favorável e indicou as datas para Assembleia Geral de Credores (Ev. 214).

2. Da prorrogação do stay period

O art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005 estabelece:

§ 4º Na recuperação judicial, as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo perdurarão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da recuperação, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal.

Marcelo Barbosa Sacramone comenta a respeito:

A suspensão das execuções em face do empresário em recuperação judicial deverá ocorrer pelo prazo de até 180 dias a contar do deferimento do processamento da recuperação judicial. Por expressa disposição legal, esse prazo era improrrogável na redação original da Lei n. 11.101/2005. Estabelecia a Lei um prazo que entendia suficiente para que os credores deliberassem sobre o plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor. Ultrapassado o prazo de 180 dias sem deliberação sobre o plano, as execuções voltariam a tramitar normalmente, independentemente de novo pronunciamento judicial.

A despeito da expressa disposição legal, a jurisprudência consolidou para prorrogar a suspensão sempre que a demora na negociação no plano de recuperação judicial não pudesse ser imputado à devedora. A prorrogação do stay period ocorria, nessas hipóteses,



como um meio de preservar a empresa e assegurar que pudesse ser obtida a melhor solução comum aos credores, inviabilizando os comportamentos oportunistas individuais, desde que, ressalta-se, a demora não pudesse ser imputada à própria recuperanda.

Com a alteração legal, consolidou-se na lei esse entendimento jurisprudencial. O prazo de 180 dias de suspensão poderá ser excepcionalmente prorrogado por igual período, uma única vez, desde que o devedor não haja concorrido com a suspensão do lapso temporal, como ocorre pela demora de publicação dos editais pela serventia, retardamento de apresentação da lista de credores pelo administrador judicial, suspensões reiteradas das sessões da Assembleia Geral de Credores etc. (Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. São Paulo: Editora SaraivaJur, 2024, p. 49).

A prorrogação de ofício de aplica em hipóteses excepcionais, consoante entendimento jurisprudencial:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. FUNDAMENTO JURÍDICO DE ANTECIPAÇÃO DO STAY PERIOD PARA CONCESSÃO DOS EFEITOS CONDIZENTES PRETENDIDOS PELA PARTE NÃO IMPUGNADOS NO MOMENTO OPORTUNO. PRECLUSÃO. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTRA DECISÃO QUE DEFERIU O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA. DEDUÇÃO DO PERÍODO TRANSCORRIDO DO PRAZO DE 180 DIAS DURANTE A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DO ULTERIOR DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO. IMPOSIÇÃO. CONSEQUÊNCIA LÓGICA. ART. 6º, § 12, DA LEI Nº 11.101/2005. ART. 300, DO CPC. PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DA RECUPERANDA. CABIMENTO EXCEPCIONAL. ENTENDIMENTO DIVERSO QUE ENSEJARIA TUMULTO PROCESSUAL E MANIFESTA INSEGURANÇA JURÍDICA. - Vislumbra-se que quando do deferimento dos efeitos pretendidos pela recuperanda, condizentes aos do stay period, conforme expressamente consignado pelo juízo de origem, não houve interposição de recurso, de modo que a pretensão de ora se valer de fundamento diverso, sob o argumento de que a decisão teria sido equivocada, se revela preclusa.- Uma vez antecipados os efeitos, em sede de tutela de urgência, o termo inicial da contagem do prazo de 180 dias passa a ser da antecipação, e não apenas do ulterior deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial.- A prorrogação de ofício do stay period pelo juízo de origem ao constatar a imposição de dedução dos dias transcorridos durante a antecipação dos efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial, e, conseqüentemente, o término do prazo, se revela medida excepcionalmente cabível a fim de se resguardar a segurança jurídica do processo recuperacional, bem como os interesses dos credores, e em especial da própria recuperanda, na finalidade precípua de preservação e soerguimento da empresa.AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO LIMINAR QUE INDEFERIU OS PEDIDOS DE EFEITOS SUSPENSIVO E ATIVO AO RECURSO PRINCIPAL. JULGAMENTO PREJUDICADO.- Tendo em vista o julgamento do agravo de instrumento, resta prejudicada a análise do agravo interposto contra a decisão que não atribuiu efeitos suspensivo e ativo ao Agravo de Instrumento.Agravo de instrumento não provido.Agravo interno prejudicado. (TJPR - 18ª Câmara Cível - 0067306-33.2021.8.16.0000 - União da Vitória - Rel.: DESEMBARGADOR PERICLES BELLUSCI DE BATISTA PEREIRA - J. 28.03.2022)



No caso dos autos, verifica-se que o tempo transcorrido desde a decisão de deferimento do processamento da recuperação judicial foi ultrapassado por circunstâncias que não podem ser atribuídas à requerente.

O feito caminha, portanto, regularmente conforme o procedimento estabelecido na Lei de regência.

Entendo que, em princípio, houve a observância das obrigações legais pela requerente, ao passo que o transcurso do prazo do *stay period* sem a aprovação do plano de recuperação judicial não pode ser a ela imputado, o que autoriza a sua prorrogação, nos expressos termos do art. 6º, § 4º, da LREF.

No mesmo sentido se posicionou o Administrador Judicial (mov. 214).

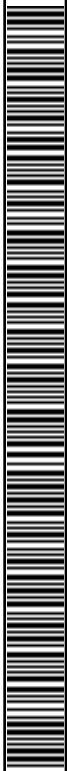
Pelo exposto, **determino a prorrogação da suspensão** pelo prazo de 180 dias, do curso da prescrição das obrigações das devedoras sujeitas ao regime desta Lei e o curso das ações e execuções ajuizadas contra os devedores, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial (art. 6º, I, e II, da Lei nº 11.101/2005), exceto as previstas nos art. 6º §§ 1, 2º, 7º-A, 7º-B e 49, §§ 3º e 4º da Lei 11.101 /2005.

Determino a **proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens das devedoras**, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial (art. 6º, III, da Lei nº 11.101/2005), observado os §§7º A e B do art. 6º da referida Lei.

3. Da Assembleia Geral de Credores

Assim, homologo as datas propostas pelo Administrador judicial de mov. 214.

Desde já anoto que **os pedidos de modificação, alteração, ou quaisquer outras pretensões que digam respeito ao PRJ deverão ser apresentadas diretamente pelos credores na AGC, cabendo aos administradores/sócios-diretores das devedoras na AGC promover os debates e negociações que reputarem pertinentes, não cabendo a esse Juízo qualquer decisão ou deliberação a respeito, de modo que petições apresentadas por elas, para além de desnecessariamente tumultuarem o feito, serão não conhecidas e retiradas do processo por impertinentes.**



A segunda convocação deverá ocorrer na hipótese de inexistência de quórum (presença de credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe, computados por seu valor na forma do art. 37, §2º, da LRF) para instalação e início das deliberações na primeira convocação. Inexistindo quórum na primeira convocação, ficarão os credores convocados para a segunda convocação.

Não será autorizada ou permitida a entrada de nenhum credor ou advogado /procurador no local de sua realização após a instalação da Assembleia.

De toda a sorte, estabeleço - evitando confusões posteriores - as seguintes diretrizes para participação e desenvolvimento dos trabalhos:

1. O credor pessoa física que desejar se fazer representar por Advogado /Procurador deverá **apresentar documento hábil** que comprove seus **poderes específicos** para **participar/votar ou indicar as folhas ou sequência do processo** em que se encontre ele juntado, na forma do art. 37, §4º, da LRF.

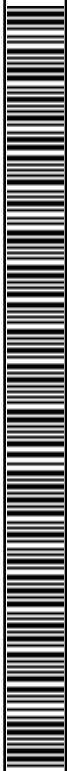
2. O credor pessoa jurídica deverá **apresentar os documentos societários** que comprovem os **poderes do(s) representante(s) signatário(s) da procuração específica e demais documentos hábeis** a comprovar a outorga de poderes, ou, igualmente, indicar as folhas ou sequência do processo em que se encontre ele juntado, na forma do art. 37, §4º, da LRF.

3. O Sindicato que comparecer ou pretender comparecer à Assembleia-Geral de Credores na representação de seus associados deverá observar o que contido no art. 37, §§ 5º e 6º, I, da Lei n.º 11.101/2005.

4. A **lista de presença** será encerrada no momento em que os trabalhos forem iniciados, **não sendo aceito o ingresso de qualquer credor no local e na AGC após a instalação** (cf. art. 37, §3º, da LRF).

5. O presidente da AGC (Administrador Judicial) **poderá excluir do recinto/sala virtual/plataforma** quem praticar atos que atentem contra o decoro, puderem caracterizar crimes ou contravenções, que tumultuarem o evento, inclusive por embriaguez ou outros fins, podendo, em sendo o caso, solicitar reforço policial para esse fim.

6. Acerca da ordem de votação dos créditos, poderá o Administrador Judicial – responsável pela condução dos trabalhos - adotar o critério que melhor



convier a boa condução da AGC (alfabético, por classificação ou valor do crédito, pela ordem da assinatura na lista de presença etc.).

7. Deverá ser deliberado, no início dos trabalhos, **tempo máximo de duração** para o exercício do **direito de voz** pelos credores, repartido de modo igualitário ou proporcional entre as classes - tudo a ser decidido na AGC, da forma que melhor convier ao Administrador Judicial, podendo fazê-lo por aclamação, votação, ou decisão sua, individual, sem que esse exercício possa **servir para impedir a votação e decisão do que apontado**.

8. Poderá o Administrador Judicial corrigir eventuais erros materiais contidos na relação e quadro-geral de credores (grafia, nome, erro no CPF/CNPJ).

9. Para o que acima não especificado, fica reconhecido o Administrador Judicial como autoridade a dirimir quaisquer dúvidas ou conflitos no decorrer dos trabalhos.

10. Realizada a AGC, qualquer que seja sua conclusão que, evidentemente, deverá observar o que consta no art. 42, e no art. 45, da LRF, lavre-se a ata, na qual deverá ser mencionado o que nela ocorrido, com o respeito ao que consta no art. 37, §7º, da LRF, remetendo-se, posteriormente, ao Juízo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

11. Registro que a análise da necessidade de apresentação das certidões a que se refere o art. 57, da LRF, será decidida posteriormente, após o resultado do ato convocado.

12. Cumpra-se. Intimem-se.

13. Ciência ao Ministério Público.

Cascavel, datado eletronicamente. ^s

Nathan Kirchner Herbst

Juiz de Direito

